



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17574 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 12 - Currículo

Justiça curricular e educação física: aproximações e possibilidades
Denis William Grippa - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Monique Marçal Grossi - UFF - Universidade Federal Fluminense
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

JUSTIÇA CURRICULAR E EDUCAÇÃO FÍSICA: APROXIMAÇÕES E POSSIBILIDADES

A educação e o currículo vem sendo território de intensas disputas políticas capitaneadas por diferentes grupos de distintas ideologias. No que se refere a esse cenário, Ponce e Leite (2019, p. 794) mencionam que “é imperativo defender a democracia como valor, ressignificar a justiça para além de suas formalidades e afirmar a importância de uma educação geradora de novos projetos de convivência humana pautados na construção da paz mundial, da igualdade e da alteridade”. Na esteira desse debate surge o conceito da justiça curricular, proposto inicialmente pela australiana Raewyn Connell, e que também conta com importantes contribuições do espanhol Jurjo Torres Santomé. No Brasil, destaca-se as produções da professora Branca Jurema Ponce e colaboradores.

Ponce (2018) propõe pensarmos a justiça curricular a partir de três dimensões, também conhecida como os 3 C's da justiça curricular, a saber: o conhecimento capaz de gerar vida digna, o cuidado com os sujeitos do currículo e a convivência solidária e democrática. No que tange ao conhecimento, essa dimensão pensa na seleção e organização dos conteúdos escolares, e no trato pedagógico destes, com vistas à democratização dos conhecimentos e das epistemologias que os sustentam. A dimensão do cuidado trata de uma

série de reflexões sobre os sujeitos do currículo, o espaço e o tempo escolar. A dimensão da convivência solidária e democrática objetiva a construção de uma cultura de debate democrático e respeito ao outro, consolidando valores humanitários essenciais para o convívio entre sujeitos socialmente diferentes.

Este trabalho tem como objetivo identificar e discutir quais conceitos e dimensões da justiça curricular o campo da Educação Física vem incorporando, especialmente na educação básica. De natureza teórica, este surge da revisão integrativa de literatura que é parte da tese de doutoramento que vem sendo construído no programa de pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde da UFRJ. Na referida pesquisa, um coletivo de professores(as) de Educação Física dos Institutos Federais é estudado, pensado esse espaço como uma oportunidade de organização política e de luta contra a agenda educacional que vem no bojo das contrarreformas neoliberais recentes que estão em curso no Brasil. Ao construir novas formas de ser e agir no mundo, as redes e coletivos docentes constroem um currículo que dialoga fortemente com conceitos e dimensões de justiça social e curricular.

Nesta revisão integrativa de literatura, buscamos em uma vasta gama de materiais, tais como livros, capítulos de livros, anais de eventos, artigos e relatos de experiências publicados em revistas, os descritores “justiça curricular” e “Educação Física”. Optamos por trabalhar sem um recorte temporal específico, entendendo que o conceito de justiça curricular é relativamente recente, e como o mesmo vem em processo de consolidação e construção a partir de sua utilização em diferentes contextos e pesquisas, nos faz sentido investigar a totalidade de menções a esses termos e não apenas as tendências mais recentes.

Como resultados parciais, temos alguns enlaces interessantes entre justiça curricular e Educação Física em duas abordagens na área, a saber, a do currículo crítico-libertador e a do currículo cultural. No primeiro, a Educação Física é pensada a partir do pensamento freireano, explorando as contribuições para a ampliação da leitura de mundo sobre as práticas corporais, fomentando o pensamento crítico e possibilitando a tomada de consciência por parte dos jovens (Maldonado e Velloso, 2022). Já no currículo cultural, os princípios ético-políticos do mesmo são “[...] reconhecer o patrimônio cultural corporal da comunidade, articulação com o projeto político pedagógico da escola, justiça curricular, descolonização do currículo, rejeição ao daltonismo cultural e ancoragem social dos conhecimentos” (Neira, 2019, p. 43). Ambos os currículos se aproximam das dimensões da redistribuição e do conhecimento capaz de gerar vida digna, porém o currículo cultural aborda outras camadas do conceito de justiça curricular ao elencá-lo como princípio ético-político de sua proposta. Em contrapartida, no currículo crítico-libertador também há alguns elementos que o

aproximam da dimensão do cuidado, dimensão esta que não aparece nos escritos que tematizam o currículo cultural.

Em tempos de aprofundamento das desigualdades sociais que já eram abissais em nossa sociedade, historicamente construída sob bases coloniais e escravocratas, cabe questionarmos qual o papel da educação para o enfrentamento dessa realidade. A Educação Física, enquanto disciplina do currículo responsável pela tematização das diversas manifestações da cultura corporal que historicamente a humanidade construiu, apresenta um potente espaço para a construção de práticas pedagógicas que dialoguem com a justiça curricular. É premente olharmos para os currículos com a lente da justiça curricular, e pensarmos em suas contribuições no enfrentamento a essa dura realidade em que grande parcela da população é colocada às margens da política, desprovidos de direitos sociais básicos e em permanente luta pela própria sobrevivência.

Palavras-chave: Justiça social. Justiça curricular. Educação Física

REFERÊNCIAS

MALDONADO, Daniel Teixeira; NEIRA, Marcos Garcia. Práticas corporais, justiça social e Educação Física: análise de experiências de docentes da educação básica. *Motrivivência*, v. 34, n. 65, p. 01-20, 2022.

NEIRA, M.G. Educação Física cultural: inspiração e prática pedagógica. 2ª ed. Jundiaí/SP: Paco, 2019.

PONCE, Branca Jurema. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018.

PONCE, B.J.; LEITE, C. Em busca da justiça curricular: as possibilidades do currículo escolar na construção da justiça social. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.17, n.3, p. 794-803 jul./set. 2019.